

# RESSONÂNCIAS DO DISCURSO DE PERICULOSIDADE EM ADOLESCENTES COM TRAJETÓRIAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO

**Laís Flores Santos Lopes Costa**

*Universidade Federal da Bahia - UFBA*

**Cristiane de Oliveira Santos**

*Universidade Federal da Bahia - UFBA*

Recebido em: 16/01/2023

1ª revisão em: 16/01/2024

Aceito em: 27/12/2024

## RESUMO

Este artigo objetiva analisar as ressonâncias do discurso de periculosidade na trajetória de adolescentes que passaram por acolhimento institucional. Utilizamos o estudo de caso de um adolescente, a partir da análise dos prontuários de instituições de acolhimento pelas quais ele passou, bem como de entrevistas em profundidade realizadas com ele e com os profissionais que o acompanharam. Os dados foram analisados com base na perspectiva teórica da psicanálise sobre o adolescer e na noção foucaultiana de periculosidade. A lógica institucional de atendimento está voltada para a disciplina, fragilizando seu trabalho com os adolescentes, e o olhar institucional unívoco sobre o agir adolescente não abre espaço para novas identificações, ratificando o estigma de perigoso e fortalecendo sua exclusão social. Esperamos contribuir para a desconstrução da essencialização da periculosidade atribuída a adolescentes institucionalizados e socialmente vulnerabilizados, trazendo novas perspectivas sobre a travessia adolescente e a função do acolhimento institucional para esse público.

**Palavras-chave:** adolescência; acolhimento institucional; periculosidade; atuação; psicanálise.

## **RESONANCES OF THE DANGEROUSNESS IN ADOLESCENTS WITH REFORMATORY EXPERIENCE: A CASE STUDY**

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the resonances of the dangerousness discourse in the trajectory of adolescents who had a reformatory experience. We used a case study of a teenager, based on the analysis of the medical records of care institutions he went through, as well as in-depth interviews conducted with him and the professionals who accompanied him. The data were analyzed from the theoretical perspective of psychoanalysis on adolescence and from the notion of dangerousness in Foucault's discourse. The institutional logic of care is focused on discipline, weakening its work with adolescents, and the univocal institutional view on adolescent action does not open space for new identifications, ratifying the stigma of dangerous and strengthening their social exclusion. We hope to contribute to the deconstruction of the essentialization of the dangerousness attributed to institutionalized and socially vulnerable adolescents, bringing new perspectives on the adolescent transition and the role of reformatory experience for this public.

**Keywords:** adolescence; reformatory experience; dangerousness; acting; psychoanalysis.

## **RESONANCIAS DEL DISCURSO DE LA PELIGROSIDAD EN ADOLESCENTES QUE HAN PASADO POR REFORMATARIOS: UN CASO DE ESTUDIO**

### **RESUMEN**

Este artículo objetiva analizar las resonancias del discurso de peligrosidad en la trayectoria de adolescentes que han pasado por reformatorios. Se utilizó un estudio de caso de un adolescente, a partir del análisis de las historias clínicas de algunas instituciones de atención por las que pasó, así como entrevistas en profundidad realizadas con él y los profesionales que lo acompañaron. Los datos encontrados fueron analizados desde la perspectiva teórica del psicoanálisis sobre la adolescencia y de la noción de peligrosidad en Foucault. La lógica institucional del cuidado sigue centrada en la disciplina, debilitando su trabajo con los adolescentes, y la mirada institucional unívoca sobre la acción adolescente no abre espacio a nuevas identificaciones, ratificando el estigma de peligrosidad y fortaleciendo su exclusión social. Esperamos contribuir a la deconstrucción de la esencialización de la peligrosidad atribuida a los adolescentes institucionalizados y socialmente vulnerables, aportando nuevas perspectivas sobre el cruce adolescente y el papel de la experiencia en reformatorio para este público.

**Palabras clave:** adolescencia; experiencia en reformatorio; peligrosidad; actuación; psicoanálisis.

## INTRODUÇÃO

Entre 2012-2022, foram assassinados 321.466 jovens entre 15-29 anos no Brasil (Cerqueira e Bueno, 2024). A taxa de homicídios praticados contra a população jovem, negra e periférica e os adolescentes são mais alvos de violência que autores (Cerqueira, 2018). A associação discursiva entre juventude e periculosidade — ao se afirmar que existem certas essências típicas dos jovens, como impulsividade, rebeldia, agressividade — e a criminalização da pobreza são duas linhas de força que buscam legitimar práticas punitivistas e de extermínio dirigidas à juventude pobre e negra pelo Estado com o aval de parte significativa na sociedade brasileira, que endossa o discurso de extermínio dos “bandidos” e a redução da maioria penal (Ghiringhelli, 2015; Dieter & Souza, 2015; Faleiros, 2022).

Paralela à imagem positiva da adolescência como um momento de liberdade e múltiplas possibilidades de vir a ser, está a imagem negativa associada ao perigo e à insegurança, frente ao envolvimento com substâncias psicoativas (seja para consumo, seja para comércio), com gangues, esportes violentos etc. (Adorno, 2010). Nesse sentido, duas classificações são atribuídas a essa população, a saber, a infância em perigo, que, apesar de ainda não ter delinquido, pode vir a fazê-lo e, por isso, precisa ser tutelada, e a juventude perigosa, aquela em conflito com a lei.

Atrelando a lógica da periculosidade à criminalização da pobreza, Vavassori (2016) observa que são considerados como em risco aqueles sujeitos que podem se tornar as vítimas dos atos de criminalidade, ou seja, as famílias brancas e de classe média/alta. Para poupar as vidas dessas possíveis vítimas, extermina-se, antecipadamente, o possível agressor. Dieter (2013), estudando o sistema prisional, identificou o encarceramento massivo da pobreza a partir de uma lógica atuarial que tem como resultado a incapacitação seletiva dos pobres.

Este trabalho utiliza a compreensão psicanalítica do adolescer (Alberti, 2009; Backes, 2004, Lesourd, 2004) e toma a periculosidade como discurso (Foucault, 2014), partindo então dos pressupostos segundo os quais o posicionamento de que um sujeito se subjetiva em uma coletividade e - em que pese sua singularidade e suas possibilidades de resistência - o insistente dizer sobre ele têm fundamental importância em sua constituição psíquica e sobre a forma como ele se posiciona no mundo. Tomando como contexto de problematização o recrudescimento da criminalização da pobreza e dos seus correlatos punitivistas e no genocídio da população negra, pobre e periférica e os impasses vivenciados na assistência social, o presente artigo analisa as ressonâncias do discurso de periculosidade na trajetória de um adolescente com vivência de acolhimento institucional.

## MÉTODO

### DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como estratégia metodológica o estudo de caso com a qual pretendemos ampliar as significações de cada voz, de cada passagem, de cada retificação ou confirmação de um lugar em seu pertencimento-exclusão no laço social no curso de uma história subjetiva.

### PARTICIPANTES

Para esse artigo, analisamos a trajetória de vida de um adolescente branco sob acolhimento institucional, selecionado intencionalmente a partir de um universo de jovens atendidos pela primeira autora em uma instituição de acolhimento institucional segundo os seguintes critérios: (1) ter sido acompanhado pela primeira autora em seu trabalho como psicóloga de uma instituição de acolhimento institucional, (2) ter tido envolvimento com o tráfico de drogas e vivência de rua, marcas discursivas de periculosidade relevantes para a pesquisa, (3) haver disponibilidade e qualidade dos dados institucionais para a construção do caso, (4) haver disponibilidade para dar entrevistas à primeira pesquisadora, em momento posterior ao seu acompanhamento. Além disso, participaram quatro profissionais dos serviços de acolhimento institucional que esteve sob tutela (dois assistentes sociais, uma psicóloga e um coordenador de unidade) e uma psicóloga da rede de atenção à saúde mental que o atendeu por três meses.

### FONTES E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados os registros documentais da primeira autora sobre a trajetória do adolescente do estudo realizados na época em que o assistiu como psicóloga de uma instituição de acolhimento; os prontuários institucionais do sujeito e os relatórios encaminhados à rede de proteção a crianças e adolescentes da cidade onde morava; entrevistas semiestruturadas e em profundidade com quatro profissionais de unidades de acolhimento que tiveram contato direto com o participante; três entrevistas abertas com o adolescente do estudo, em dias diferentes, e uma entrevista aberta com a psicóloga que o atendeu em ambulatório público. As entrevistas foram realizadas nos locais de escolha dos profissionais, após contato telefônico para explicar os objetivos da pesquisa e questionar o interesse na participação. O contato com o adolescente foi feito pessoalmente, na instituição em que se encontrava no momento. O vínculo anterior estabelecido com a primeira autora foi fundamental para seu aceite e aprofundamento dos conteúdos das entrevistas.

## **INSTRUMENTOS**

### **ROTEIRO DE PESQUISA EM PRONTUÁRIO**

(1) tempo de acolhimento; (2) motivos para o acolhimento; (3) solicitante; (4) como o adolescente chegou na instituição; (5) comportamento do educando dentro e fora da unidade de acolhimento; (6) matrícula, frequência e relação com a escola; (7) relação com a família de origem; (8) relação com os demais educandos da instituição; (9) relação com os educadores sociais e demais funcionários da instituição; (10) relação com a equipe técnica da instituição; (11) possíveis problemas de saúde; (12) encaminhamentos institucionais; (13) motivações para evasões e recolhimentos; (14) modo de inserção no tráfico de drogas, (15) transformações psicossociais do adolescente em sua vida de relação.

### **ENTREVISTAS COM OS PROFISSIONAIS**

(1) percepções sobre o adolescente; (2) itinerário institucional do adolescente; (3) relação com as regras e normas institucionais; (4) reações institucionais aos descumprimentos; (5) dinâmicas de transição entre instituições; (6) encaminhamentos externos; (7) uso de SPAs; (8) percepção do envolvimento com tráfico de drogas; (9) percepção sobre a família do adolescente e ações institucionais e interinstitucionais de reinserção; (10) Resistências e cristalizações ao longo do período de institucionalização; (11) participação institucional na construção de projeto de vida.

### **ENTREVISTAS COM O ADOLESCENTE**

(1) modos de inserção no tráfico de drogas; (2) história de acolhimento institucional; (3) Relação com a família; (4) encaminhamentos para serviços de saúde mental; (5) encaminhamentos à Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI); (6) relação com a escola; (7) projetos de futuro.

## **ANÁLISE DE DADOS**

Após sistematização das informações dos prontuários e transcrições das entrevistas, os dados foram transformados em texto, identificando e realçando as marcas no discurso, posições e efeitos de sentido (Rosa e Domingues, 2010) e organizados nas seguintes categorias: (1) dinâmicas interacionais entre adolescente-família-instituições de acolhimento-escola-rua; (2) fabricação discursiva da marca de periculosidade; (3) especificidades subjetivas da passagem adolescente nesse contexto.

## **CONSIDERAÇÕES ÉTICAS**

A pesquisa seguiu as diretrizes da Resolução CNS 510/2016 e foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética sob o número de CAAE 80510417.4.0000.5686.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PONTOS DE PARADA, MAS NÃO DE ANCORAGEM: O INTENSO TRÂNSITO DE J.D.<sup>i</sup>

J.D., um adolescente carismático, gentil e sedutor, franzino e “loirinho”, o que inspira nas pessoas um desejo de cuidar dele e protegê-lo. Em que pese sua condição de alta vulnerabilidade social e familiar, sua condição racial branca lhe permitiu acessos e fomentou engajamentos menos frequentes com adolescentes negros acolhidos. Tal privilégio racial, no entanto, não impediu a extensa e turbulenta circulação institucional do adolescente, que não consegue interromper a construção de uma montagem identitária como “gangster”. Ao contrário, todos os discursos institucionais lhe ratificam esse lugar, sem possibilitar outras saídas subjetivas.

J.D. passou por oito instituições de acolhimento, pela casa de quatro familiares e por duas famílias de apadrinhamento. No momento das entrevistas, estava sem receber visitas e mantinha contato com apenas um dos quatro irmãos. Sua mãe é falecida e seu pai se encontrava em situação de rua e fazia uso abusivo de álcool. Por que tanta circulação e tanto abandono? Segundo a análise dos prontuários de algumas instituições às quais ele passou (em que constam também relatos dos familiares) e análise das entrevistas realizadas com alguns profissionais que trabalharam com ele, nenhuma intervenção surte efeito com J.D., ele é independente e não quer mudar. J.D. é incorrigível.

J.D. foi institucionalizado ainda bebê em uma creche (instituição não legalizada para acolhimento institucional e cuja dirigente era considerada avó). Com o fechamento dessa instituição (A), ele foi reinserido junto a sua mãe, aos 07 anos, que faleceu pouco tempo depois. Passou a morar com a avó paterna, que conheceu naquele momento, ficando até os 12 anos. Nesse período, J.D. apresentou comportamento agressivo, fugindo diversas vezes de casa, morando brevemente com uma tia; foi encontrado pelo Conselho Tutelar em outra cidade e encaminhado para novo acolhimento institucional. Dos 12 aos 15 anos, J.D. circulou por mais cinco instituições de acolhimento devido a muitas fugas, envolvimento em conflitos dentro das unidades e com o tráfico da região, tendo sido encaminhado duas vezes à DAI – Delegacia do Adolescente Infrator –, ficando retido uma vez. Consta em prontuário que ele “tentou agredir fisicamente três crianças, sendo que uma delas foi agredida sexualmente”.

Em relação a essa acusação, ele a nega. Durante a audiência, quatro anos mais tarde, ele tentou contar sua versão, *“mas como a fala dela (dirigente) vale mais que a minha”*, a juíza solicitou que ele fosse retirado da sala. Uma instituição se recusou a acolhê-lo novamente, alegando que ele apresentava risco aos demais, sendo que ali nenhum trabalho foi feito com J.D.. Tais situações evidenciam que os adolescentes têm suas falas silenciadas e/ou não reconhecidas em diversos

lugares, forçando-os sempre a uma condição de objeto. Nessa perspectiva, constrói-se para eles, muito precocemente, uma identidade atrelada à periculosidade, um lugar e um não-lugar, tornando ainda mais difícil a tarefa do adolescente de ascender ao lugar de sujeito, reconhecendo seus interesses, suas singularidades, seu desejo.

Durante sua permanência na instituição D, por 4 meses, voltou a ter contato com sua família, passando os finais de semana com eles, e tinha “bom comportamento”. Porém, fugiu ameaçando e xingando os demais educandos após ser encontrado usando SPA em seu quarto e a instituição não mais o acolheu (prontuário).

Com isso, passa um mês em situação de rua, no bairro onde o pai mora. J.D. contava aos técnicos das instituições que não sabia o paradeiro do pai, pois não queria que este fosse ao seu encontro alcoolizado, porém ia ao seu encontro em seu local de estadia e trabalho e em momentos de festa.

Foi a primeira vez que ele fez da rua uma morada. Não é para qualquer rua que J.D. vai, mas justamente para o bairro onde o pai ficava e ganhava seu sustento. Seria uma busca de uma outra referência familiar? Uma busca ao pai, em uma interdição de sua errância? A fuga ou a errância podem representar uma última tentativa de inscrição num laço social, face ao excedente de gozo que invade seu corpo adolescente e o deixa fora do discurso (Lacadée, 2011). Entretanto, essa busca é decepcionante para o sujeito, já que ele só existe pelos lugares simbólicos que a família e a língua lhe dão e que o alienam (Rassial, 2005). Após essa vivência na rua, J.D. reduziu suas evasões das instituições, mas não suas atuações.

Assim, a instituição F, onde completa 14 anos, caracteriza sua passagem ali como “desastrosa”, em uma sequência de atos “ilegais” e “irresponsáveis” (prontuário), em 09 meses de terror (entrevistada). Ele foi encaminhado à DAI e ao CAPSi, sob demanda institucional de tratamento medicamentoso para suposto transtorno opositivo-desafiador. Ao ter sido encaminhado a uma psicóloga clínica, ele afirmou que não queria mudar (prontuário).

Ainda na instituição F, J.D. foi apadrinhado por um casal, com quem passava os finais de semana. Como era no mesmo bairro onde vivia o pai de J.D., eles se encontravam com frequência. Houve um período de boa convivência com esse casal e expectativa de adoção. O genitor de J.D., contudo, foi até a instituição F dizer que não abriria mão da guarda do filho e que não autorizaria a adoção. Na época, afirmou já ter uma casa e poder cuidar do filho, em que pese não ter feito mais visitas à instituição para dar continuidade ao processo de reinserção familiar. Após esse fato, ele começou a usar maconha no final de semana em que estava lá e entrava na casa sob efeito da substância. Ao saber do que estava acontecendo, o padrinho não mais aceitou sua presença na casa, por não querer más influências para seus filhos, rompendo definitivamente o vínculo.

J.D. procurou o pai para morar com ele quando fugiu da instituição F, mas ao ser questionado sobre seu comportamento naquele abrigo, J.D. fugiu de sua casa e não mais retornou. Tal questionamento pode ter causado em J.D. o sentimento de não acolhimento por parte de seu pai, independentemente de quem ele é ou do que ele teria feito, que é o que imaginariamente se espera de uma família: o amor incondicional. Por isso essa fuga intempestiva e sem retorno. Ainda, podemos supor que a possível colagem de seu pai ao discurso da instituição sobre ele não abriu margem para a possibilidade de um novo discurso sobre si, um novo lugar na relação familiar, marcado por outros significantes.

Com a saída da instituição F, J.D. retornou para a casa de passagem, já que nenhuma instituição de acolhimento o aceitava, e sua família recusava sua guarda. Por ser um local temporário, havia aflição e ansiedade sobre seu futuro. Além disso, a rejeição não só por sua família, mas por quase todo o sistema de proteção estava posta para ele a cada tentativa frustrada da equipe de conseguir uma vaga em alguma instituição.

A adolescência é um momento em que não se é nem criança, nem adulto; um período sem um estatuto social definido, em que o adolescente, com seu eu fragilizado, fica à deriva de um desejo sem referência (Rassial, 2005). Esse período em que ficou ali pode ser entendido como uma reedição desse não-lugar, não pertencimento, como uma contingência que tem por efeito presentificar a rejeição por todos os lados com que J.D. tem de lidar.

J.D. conseguiu permanecer por mais tempo na instituição G, pouco mais de dois anos, onde completou 15 e 16 anos. Nessa unidade, após o período de adaptação e "teste" de todo o corpo de funcionários, J.D. respeitava as normas institucionais, era querido por todos, tendo boa convivência, apesar de se envolver em alguns conflitos com outros educandos e por vezes desafiar os funcionários. Só ali ele conseguiu frequentar regularmente a escola. A equipe conseguiu inseri-lo no Cidadão Aprendiz e J.D. começou a estagiar em um banco, ganhando um salário-mínimo por mês e benefícios. Houve um momento em que sua tia começou a visitá-lo com frequência e permitiu que ele passasse os finais de semana em sua casa. J.D. foi novamente conquistando o afeto de sua tia e ela se dispôs a ficar com ele durante as férias escolares, com possibilidade de reinserção definitiva em seqüência.

Acreditamos que a instituição, ao suportar esse "teste" inicial feito por J.D., tenha lhe permitido um início de retificação desse lugar exclusivo de desviante que vinha sendo dado a ele. Para que um sujeito mude de posição, é preciso encontrar amparo no desejo de alguém, alguém que suporte, junto a ele, sua transição. Entretanto, diante de tantas demandas e tantos problemas enfrentados no dia a dia com os acolhidos, quando a instituição consegue organizar objetivamente a vida do adolescente (curso profissionalizante, frequência regular na escola, visita constante aos familiares), aparentemente o trabalho está quase completo. Desse modo, a instituição voltou seu olhar para outras demandas, destinando menos



atenção a J.D. Contudo, subjetivamente, há um outro trabalho que ocorre concomitantemente e que, por vezes, pode funcionar como força opositora a essa suposta organização externa.

Assim, J.D. afirma que não conseguiu sustentar a rotina de trabalho, a responsabilidade, ter horário, e começou a faltar, a se atrasar, a oscilar sua frequência na escola, culminando em seu desligamento do curso e no retorno ao envolvimento com o tráfico da região. Os educadores encontraram bastante maconha em seus pertences, o que resultou em um encaminhamento à DAI e, de modo subsequente, em uma nova transferência institucional. Além disso, um final de semana antes de encerrarem as aulas, J.D. furtou o relógio do cunhado da tia, interrompendo o contato. Esse evento podia ter sido lido de muitas formas e ter tido outras saídas, mas, diante do histórico já construído por/para ele, somente a interpretação do ladrão pôde ser vista.

Na instituição H, onde completou 17 e 18 anos, seu comportamento passou por várias mudanças e mesmas repetições. Início turbulento, mudança radical e reinserção em escola e cursos, aproximação com a avó e uma pessoa que oferecia trabalho voluntário na instituição. Ao ser negado em uma solicitação, J.D. se fechou para qualquer tipo de intervenção e ninguém conseguia acessá-lo.

Um dos entrevistados contou que J.D. tinha muita dificuldade de ouvir não, o que tornam as negativas frente a alguns pedidos seus muito difíceis para ele lidar. Lesourd (2004) afirma que, em adolescentes fragilizados narcisicamente, recusas e interditos são vividos no registro da rejeição pelo sujeito como uma condenação à inexistência, como uma expulsão para fora da relação e do mundo. Nesses casos, a questão recai sobre um tempo mais arcaico da constituição subjetiva, da separação do eu e do não eu pelo primeiro não, da primeira rejeição feita pela criança. Assim, o adolescente revive essa rejeição para fora de si, numa posição de objeto, quando de alguma interdição. Essa reação de J.D. às negativas, então, não se dá apenas por ele ser *"muito mimado, muito cheio de vontade"* ou *"um menino marrento mesmo, birrento mesmo"* (entrevista), mas por uma expressão de angústia frente ao sentimento de negação de sua existência.

J.D., ao afirmar *"preferia estar com minha família, né, do que estar aqui"*, nos faz pensar em uma família idealizada, já que nenhuma das figuras de afeto que surgiram na sua vida se estabeleceram como laços estáveis em sua trajetória. Esses laços foram todos marcados por rupturas. Entretanto, é em J.D. que recai a responsabilidade por seu abandono, quando, nas intervenções institucionais, se afirma:

*"você perdeu todas as chances do mundo e jogou fora",  
"você fecha as portas",  
"você entende que sua família é assim por conta de seu comportamento? (...) que você procurou porque você quis?"*

J.D. leva todas as suas relações até muito além do limite de todos, como se provocasse incessantemente o outro a desistir dele, tanto em sua trajetória institucional, quanto familiar. As infrações que cometia ano eram pequenas, mas, no limite, as pessoas desapareciam de sua vida sem chance de retorno. Assim, não havia uma ressignificação do fato para eles e, do mesmo modo, não podia haver uma ressignificação de seus atos por J.D. Nesse sentido, ao ser questionado sobre a existência de alguém com laço mais duradouro em sua vida, J.D. cita os amigos que fez na instituição A, quando ainda era uma criança e diz que os vê de vez em quando. Ou seja, aos 17 anos, J.D. não possuía nenhuma figura de referência à qual pudesse se remeter, seja para se identificar, questionar, ou para se sentir acolhido e seguro.

## **O ESTILO GÂNGSTER: A INTROJEÇÃO DE UM LUGAR A PARTIR DO DISCURSO CRIMINALIZANTE**

Nesta subseção, analisaremos os prontuários de algumas instituições de acolhimento, a partir da perspectiva de como o olhar e o discurso conferidos a J.D. funcionaram como lastro para a construção de uma identificação com o gângster e como, ao final, tal construção identificatória passou a ser característica intrínseca de J.D., fazendo dele um incorrigível.

Uma funcionária da instituição B afirmou que J.D. “não era dos piores, só gostava de mostrar aquele jeito de marginal” (entrevista). Anos mais tarde, J.D. relatou para a equipe da instituição G que gostava de ser “*estilo gângster, mas sem roubar e sem matar*” (entrevista). A princípio, parece clara a diferença entre “*gostar de mostrar*” um modo de ser ou portar determinado *estilo* e efetivamente encarnar a figura estilizada. A confirmação de um envolvimento com o tráfico deu a ele um lugar diferenciado na instituição, dando-lhe corpo.

A adolescência é o momento em que o sujeito deve se reapropriar da imagem de seu corpo e precisa da confirmação do Outro social, em uma reedição do estádio do espelho (Backes, 2004; Dias, 2000). O *look* participa da construção do eu e marca o pertencimento a determinado grupo, devendo ser compreendido como uma extensão e uma afirmação do eu do sujeito (Lesourd, 2004). No caso de J.D., seu *estilo gângster* é “*sem roubar e sem matar*”. O perigo da cristalização do *look* é dar a ilusão de uma identidade garantida, já que a marca fundamental dos objetos de exibição adolescentes é a *busca* de identidade do sujeito, por isso utilização de uma linguagem unívoca e de um determinado léxico para nomear um sujeito tem graves consequências para sua existência, pois pode congelá-lo em um ponto de exclusão (Lacadée, 2011). Como o adolescente é sensível aos significantes que lhe são invocados pelos encontros, principalmente se forem pessoas que podem encarnar as figuras novas do Outro social ou do Outro sexo, ao mesmo tempo em que espera essa nomeação, ele a teme, pois, aí, ele se sente, ao mesmo tempo, existindo e desaparecendo (Lesourd, 2004). A instituição B (d)escreve em prontuário: “Tem demonstrado comportamento que indica *desajuste social*, com

evidentes rompantes de agressividade e dificuldade em respeitar figuras de autoridade. Não consegue estabelecer contato afável com o meio (...)."

O Estado Moderno cria um "laudo pericial" que, antes de tentar explicar um ato, qualifica um sujeito (Foucault, 2014). Os destaques dados no prontuário e nos relatórios – *não demonstra arrependimento, posicionamento frio e sem vínculos afetivos, falta de emotividade* – intencionam apontar para uma possível psicopatia em J.D.? Para que serviriam essas observações se não estão acompanhadas de um plano individual de atendimento que vise a dar conta dessas questões, se não estão contextualizadas em uma história de múltiplos abandonos ainda na infância? Não é irrelevante o fato de a institucionalização ter ocorrido logo após ele ser abandonado pela quarta vez. Assim, como estabelecer contato afável com o meio, quando o meio sempre aparece como transitório?

Essa passagem tão breve e com impressões tão inquestionáveis podem ter funcionado como um forte ratificador do lugar que estava experimentando e, no acolhimento na instituição C, seu discurso de envolvimento com o tráfico foi bem diferente, possuindo um acréscimo de periculosidade e na identificação direta como um traficante.

Contudo, nessa instituição, apesar dos conflitos com educadores e educandos, J.D. sempre se demonstrou solidário, dividindo seus pertences, sendo atencioso com o sofrimento alheio, dando conselhos, separando brigas, fazendo-se prestativo e afetuoso com a equipe. Esse aspecto, entretanto, não está escrito em nenhum relatório ou prontuário de nenhuma instituição. Não é para isso que o olhar institucional está voltado e os prontuários se tornam registros meticulosos e restritos às (pequenas) infrações para que possam servir como dado de avaliação dos sujeitos (Foucault, 2014).

Na instituição D, o relato vem da escola, que afirma que J.D. ficava nas redondezas da instituição, andando com meninos envolvidos no tráfico. O panóptico (Foucault, 2014) se trata de uma arquitetura de vigilância da qual todos seriam vistos ininterruptamente com o objetivo de moldar o comportamento de cada um para o que se espera, a partir de inspeções e registros constantes. Podemos observar até aqui que a todo instante o comportamento de J.D. está sob suspeição, com rigorosas observações sobre o que faz, com quem anda, onde está.

J.D. negava as acusações sobre ele, "*sempre com um ar de riso, como se nada tivesse a perder*" (sic, relatório). O que ele teria a perder e como trabalhar com esse adolescente o que ele tem a perder? Mais que constatar, é preciso usar a constatação de forma a promover alguma retificação sobre o valor de sua vida e das relações. Tal afirmação, por si, ratifica mais uma posição de indiferença frente ao valor de sua vida e confirma um lugar de desvalor no desejo do Outro, que promove uma mudança.

A instituição apostou que não reacolher J.D. serviria para dar um *“recado aos demais acolhidos”*, para que eles *“entendam que não podem viver brincando com a própria vida”* (relatório). Tudo o que está inadequado à regra, todos os desvios, por menores que sejam, pertencem à penalidade disciplinar e o castigo serve também como um exemplo aos outros possíveis culpados, devendo, portanto, ser essencialmente corretivo (Foucault, 2014). Como J.D. não se dobra ao adestramento, ele acaba por colocar a função da instituição em questionamento, de modo que, para que a instituição possa manter seu lugar disciplinador, é preciso que afaste aquele que não se rende. Percebemos então que todo o trabalho da instituição se dá através do poder disciplinar, voltado para o controle. J.D. nos revela que esse foco exclusivo na dimensão da correção precariza e fragiliza o trabalho institucional.

Durante o período em que esteve na instituição E, ele demonstrou os mesmos comportamentos pelos quais foi solicitada sua transferência do abrigo anterior. Por conta de seu histórico – que vai sendo passado de instituição em instituição via relatórios – e do seu *look*, os técnicos e os educadores eram incisivos com ele, que reagia de modo agressivo algumas vezes. Será que não há nesse excesso de vigilância, de controle e de punição, um gatilho para uma expressão mais efusiva de descontentamento?

Na instituição F, em sua passagem *“desastrosa”*, J.D. praticou muitos *“atos delinquentes”* (prontuário). Com o encaminhamento à DAI, seu comportamento só foi piorando. O relatório encaminhado pela instituição descreve eventos problemáticos em que J.D. foi o protagonista e que *“seu comportamento é de infrator, devendo cumprir medida socioeducativa e não protetiva”* (relatório). Segundo consta, nenhuma intervenção realizada com o adolescente surtia efeito (não são descritas as intervenções feitas). Após o retorno da DAI, outro episódio grave ocorreu. Nota-se, assim, que quanto mais se enfatiza sua criminalidade, sua periculosidade, mais ela vai se presentificando em J.D. Na outra escola, não obstante fosse visto como inteligente e comunicativo, no relatório se lê que *“J.D. que está cada dia mais ousado, desrespeitoso, agressivo e se recusa a receber ajuda”*.

O trabalho a ser desenvolvido com jovens que fazem do agir seu modo principal de expressão deve ser o de auxiliar o adolescente a produzir palavras sobre essa pantomima, cujo texto ainda é desconhecido, mais do que visar simplesmente a uma mudança de atitudes ou de conduta; é preciso ajudá-lo a encontrar um lugar de endereçamento para seu sofrimento a partir da compreensão daquilo que o faz agir (Lacadée, 2011). Como ninguém consegue interpelar J.D. em sua enunciação, fazendo-o produzir algum sentido sobre seu próprio texto, não há outra saída para ele a não ser agir.

Há uma diferenciação entre agir e ato: o agir é uma afirmação da existência do ser, porque é onde o sujeito se reconhece, enquanto o ato instaura o questionamento sobre o acontecido, instaura a divisão subjetiva através da colocação de palavras no agido (Lesourd, 2004). O agir só ganha estatuto de ato quando o sujeito põe

palavras na ação. Por estar em busca dos significantes que o representam ao olhar do Outro social e do Outro sexo, o adolescente prefere o agir ao ato, já que o primeiro lhe garante a certeza do seu ser. Com isso, entre seus agires, o adolescente procura aqueles aos quais o Outro possa nomeá-lo, que o designariam como representável para o Outro (Lesourd, 2004). Para o autor, as instituições para adolescentes muitas vezes funcionam como sendo esse lugar onde o sujeito tenta estar visível, pois ele espera ser interpelado pelos adultos que estão ali. Em J.D., somente um significado vem constatar a certeza de seu ser, fazendo-o se manter em uma sucessão de diferentes agires que não o fazem se questionar sobre o que faz, não instauram a dúvida, não abalam sua certeza de quem é ou quem acha que deve ser. Com J.D., nenhuma tentativa de ser outra coisa, de ser de outro modo, é vista dessa forma. Todo olhar e todo léxico servem somente para ratificar um lugar que, de forma bastante obediente, J.D. acata.

Há registros sobre a prática de furtos de J.D. nas redondezas de todas as instituições, relatados por outros acolhidos e vizinhos. Ele conta que começou a roubar quando iniciou no tráfico e que só roubava quando estava sem droga para vender. Ele oscilava quanto à venda dos produtos ilegais. Seu “estilo *gângster*, mas sem roubar e sem matar” estava sendo questionado, deixando de ser um estilo e passando a ser uma representação dele mesmo. Aos poucos, ele foi se colando nessa imagem construída por e para ele.

Assim, temos um relato unívoco das instituições de acolhimento e escolares sobre J.D. Isso logo se estende para o estágio que fazia em um banco. Embora querido pelos funcionários, eles temiam que ele pudesse ser canal para um roubo ali. Essa noção de indivíduo perigoso vai ganhando corpo nos mais variados espaços em que J.D. circula.

O sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de três instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame (Foucault, 2014). No caso de J.D., o primeiro não teve o poder de inibir seu comportamento desviante e o segundo não foi capaz de restituir a norma. Desse modo, restou ao exame concluir sobre sua inaptidão em normalizar-se, ou seja, sobre sua incorrigibilidade.

Ele não se via completamente dessa forma, todavia. Ele acreditava ter um poder sobre os demais acolhidos, mas afirmava que os outros adolescentes não tinham medo dele, diferentemente das pessoas na rua. Além disso, ele desconstrói essa imagem de si, acreditando ser bem-querido nas instituições pelas quais passou. Porém, em relação ao envolvimento com o tráfico, ele acredita que esse fato faz com que as pessoas o temam, ao mesmo tempo que lhe garante não sentir medo de nada ou ninguém, exceto da polícia.

É muito importante destacar que J.D. tentou, de forma cada vez mais intensa, em todos os lugares onde passou, fazer com que o Outro lhe interpelasse, porém sem sucesso. Ninguém, em nenhum espaço, o interrogou sobre seus atos e decidiam por seu desligamento. As intervenções são afirmativas sobre o que ele faz, não

questionamentos sobre o que podem estar dizendo pelo sujeito, não sobre ele. Parece que não há mais o que questionar sobre J.D. ou para J.D., pois já se tem certeza sobre o que ele é: *ele é assim* (entrevista).

Somente na instituição H, após a ratificação de sua personalidade nas seis instituições anteriores, as falas de afronta de J.D. são entendidas não como um comportamento intimidador ou agressivo, mas como um pedido de algo que ninguém da instituição ainda conseguiu decifrar. Ao menos essa instituição percebeu que os atos de J.D. possuem um sentido, ainda que não saibam o que fazer com isso.

Adolescentes designados como perigosos, delinquentes, incorrem no risco de se verem aprisionados nessa nomeação predicativa, fazendo surgir a ilusão de uma identidade devastadora (Lacadée, 2011). Desse modo, a tentativa de produzir ou encontrar um outro lugar pode tomar a forma de fuga ou errância para esses jovens. A errância do adolescente, de natureza familiar e/ou social, deve ser entendida como uma forma de provocar o Outro para a nomeação, para o encontro, “antes que surja a errância subjetiva, aquela de alguém que não pôde arrimar-se no Outro” (Lesourd, 2004, p. 190). Era assim que J.D. se encontrava no momento das entrevistas: à deriva, sem vaidade ou autocuidado, em um movimento de autodestruição, sem ter encontrado ancoragem no desejo de ninguém.

Nesse sentido, em relação à função das instituições na vida de J.D., ainda que para uma entrevistada elas tenham funcionado como alternativa à vida na rua, como um lugar onde passou quase toda sua vida e foi conhecendo lugares, pessoas, fazendo cursos etc., os entrevistados foram unânimes em afirmar que elas só serviram para ratificar seu lugar de perigoso.

## **O TRÁFICO E SEUS COROLÁRIOS: QUAIS AS POSSIBILIDADES DA MAIORIDADE?**

J.D. começou no tráfico como olheiro, aos 09 anos, e só depois começou a vender a droga. J.D. acredita que, caso sua mãe estivesse viva, ele acabaria entrando para o tráfico para poder ajudá-la, tomando sua entrada para o tráfico como inevitável: “acho que Deus levou ela já sabendo que poderia acontecer outra coisa... (...), ela comigo, se ela não ia ter condição... aí vai que eu ia entrar no tráfico? Ela ia sofrer mais ainda!”

Nas entrevistas, J.D. afirmou sempre ter traficado nas redondezas da instituição G, mesmo quando estava trabalhando formalmente. Na época em que estagiava, todavia, ele reduziu significativamente sua atuação no tráfico, mantendo, ainda assim, sua liderança com os demais acolhidos. Contudo, não bastassem as dificuldades subjetivas de sustentar essa nova posição no mundo, outro adolescente mais velho, forte, com vivência de envolvimento com o tráfico em uma

megalópole, foi acolhido ameaçando essa autoridade. Imediatamente, uma rivalidade entre ambos foi estabelecida.

Essa vida legal que ele estava vivendo não produzia, ali, o mesmo efeito de identificação com a figura representativa de um líder que produziria ser dono de uma boca, ou ser o “homem” do traficante da região. Desse modo, J.D. foi encontrando as diversas dificuldades já mencionadas para se manter no estágio e voltou a intensificar sua relação com o tráfico da região, atuando nele de modo muito mais ativo. Ele acredita que trabalhar para o tráfico faz com que as pessoas o temam, o que lhe faz se sentir “o mestre das obras”, o “bambambam”. Além da potência fálica que o lugar de traficante confere, sentir-se assim é reconhecer em si uma característica positiva.

Sobre sua vida após a maioridade, ela é vista com muitas incertezas pelos entrevistados. Para um deles, a única possibilidade para J.D. era o hotel social, visto que não tinha possibilidade de reinserção familiar, nem renda para alugar algo para si. Já outro entrevistado acredita que o peso da responsabilidade, de não ter mais a instituição em retaguarda, iria fazê-lo mudar.

J.D. vislumbra algumas possibilidades para si quando sair do abrigo: diz não querer mais traficar porque sabe que há grande probabilidade de ser morto; pretende terminar a escola, “melhorar seu comportamento” e trabalhar, pois, caso sua família ofereça alguma resistência em relação a acolhê-lo em casa, ele terá como sobreviver sem sua ajuda. Contudo, sua fala nesse sentido parece idealizada, acreditando ser fácil arranjar emprego. Apesar de ter por garantido ir morar com a avó, não confia muito no apoio da família: “(...) quando eu fizer 18 anos a vida vai ser minha, o que acontecer comigo eles vai me deixar de mão meu filho...”

Ferreira (2017) afirma que existe um silenciamento sobre o desacolhimento por maioridade, tanto nas instituições de acolhimento, quanto na rede intersetorial. As normativas legais preconizam que o desligamento do acolhido seja gradual e em parceria com a rede socioassistencial. A dificuldade institucional em construir um plano de desacolhimento com o adolescente devido à ausência de políticas públicas de amparo ao jovem desacolhido acaba se transformando em um discurso que culpabilização do próprio jovem pela pouca ou nenhuma possibilidade de realizar um desligamento amparado pela assistência social.

Encontramos esse pensamento individualizante do processo de desinstitucionalização, tanto no discurso no institucional, que afirma que ele não foi capaz de constituir laços com a família e tampouco juntar dinheiro suficiente para alugar um quarto, quanto no discurso do próprio J.D., que acredita que precisará dar conta de sua vida sozinho. Não obstante todos os abandonos sofridos por J.D. que tornam essa sua perspectiva bastante palpável, notamos que não foi sendo construída uma vinculação com algum serviço da rede socioassistencial que pudesse lhe dar amparo. Ao contrário, não havia nenhum plano de desligamento, somente dúvidas e angústias de como será esse momento.

Após o encerramento da coleta de dados para a pesquisa, J.D. entrou em contato com uma das autoras e informou que havia voltado a frequentar a Igreja e estava estudando para fazer as provas do exame supletivo para concluir o ensino fundamental.

Nesta história, portanto, pudemos acompanhar a construção da identidade criminosa forjada para e por J.D. a partir de suas passagens pelas instituições de acolhimento, de ensino e familiar. Uma trajetória de periculosidade foi marcada por encaminhamentos múltiplos à DAI, por um jeito de marginal (na voz da instituição) ou um estilo gângster (nas palavras de J.D.), por muitas evasões, por um excesso de conflitos interpessoais, pela não interrupção do uso de maconha, por furtos e roubos, por uma não submissão irrestrita às normas, pelo confronto com as figuras de autoridade, pelo retorno ao narcotráfico e por seu poder de liderança. As suas características que não apontam para esse par criminalidade/periculosidade não são registradas.

J.D. não conseguiu sustentar o ideal institucional, denunciando o fracasso das instituições em fazê-lo retificar algo de sua história, de seu posicionamento frente à sua vida, pois esse tipo de intervenção punitiva e de controle precarizam o trabalho. É preciso reconhecer que quando determinados sintomas aparecem na adolescência, o que se mostra é também o que deseja ser ouvido, a fim de encontrar uma resposta para o questionamento sobre onde e como se posicionar no desejo do Outro. Assim, devemos tentar ler as questões que esses adolescentes em momentos de condutas de risco e errância trazem sob a perspectiva de uma tentativa de seu reconhecimento de um outro modo, como uma tentativa de confrontar o vazio que enfrentam (Lacadée, 2011).

Para a psicanálise, a abertura ao trabalho de singularização implica quedas das identificações, no plural, o que parece apontar para as possibilidades de declinações de imaginarizações alienantes normalizadoras que vinculam o eu ao semelhante, abrindo espaço para a produção de uma marca irreduzível que serve de suporte para o sujeito. Desde Freud (1996), isso faz da identificação um conceito distinto da incorporação e da introjeção. Alienar-se e separar-se, operações constituintes do sujeito para a psicanálise lacaniana (Lacan, 1988), implica poder se servir de um árduo trabalho atravessado pela incorporação, pela introjeção, mas também pela identificação para fazer laço social. Ao fazer do traço unário o elemento central da operação de identificação, Lacan (1962) recusa tratá-la como um problema do objeto (pequeno outro ao qual se está identificado), de ligação imaginária ao semelhante, para tratá-la no registro simbólico como uma "identificação inaugural do sujeito com o significante radical" (p. 35). A identificação não corresponde, portanto, a uma operação de mimetismo, mas a singularização, tendo como condição de possibilidade a entrada no simbólico, precipitada pela constituição do traço unário, que possui três características centrais: ser irreduzível, ser o mesmo e ser pura diferença.



No que toca ao trabalho de acolhimento institucional, o modo de intervenção disciplinar ainda é a metodologia principal utilizada com os acolhidos e isso não possibilita a abertura das instituições para a singularidade e para as especificidades de cada adolescente atendido (para além das necessidades individuais de saúde, escolarização e outras), nem para a construção de redes de solidariedade e de reciprocidade nas quais o adolescente possa encontrar abrigo. O modo como ela olha para o acolhido, como ela o reconhece, a significação que dá a seus atos, nesse momento de travessia, é fundamental na estruturação do adolescente, na forma como ele irá se posicionar no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adolescentes que necessitam de abrigo temporário ou permanente até a maioridade são vistos, frequentemente, com receio pela população geral e por algumas instituições. Por esse motivo, comunidades solicitam a saída da instituição de acolhimento da localidade, projetos sociais não aceitam – ou aceitam com muitas restrições – matricular adolescentes que não estejam vivendo nas famílias, preceptores de estágios profissionais temem que atos infracionais sejam cometidos dentro do trabalho, sempre na perspectiva de que, se estão fora do convívio familiar, possuem histórias de vida difíceis e, portanto, estão mais propensos à periculosidade e à criminalidade.

Argumentos usados para defender a diminuição da maioridade penal advêm desse imaginário social e da ideia de que os jovens têm discernimento tanto sobre o ato infracional que praticaram, quanto sobre sua impunidade, defendendo que o endurecimento da pena serviria para inibir o ato ao/ou dar a correção adequada. Se concordamos que a adolescência é um momento de experimentações e descobertas e que a intervenção voltada exclusivamente para a vigilância, para o controle e para o exame não consegue promover novos encontros identitários, as medidas protetivas e socioeducativas devem potencializar a construção de uma nova trajetória, ao invés de reduzir o sujeito à infração cometida ou ao risco potencial de cometê-la. É preciso dar as condições para que o adolescente possa se tornar sujeito em sua trajetória, trabalhar resgatando seu desejo e, só aí, a responsabilização por seu ato pode ser feita. Reduzir a maioridade penal não atende a essas condições; ao invés disso, cola o ato infracional ao sujeito (ou mesmo lhe antecipa uma essência criminosa atribuída por sua origem social e familiar) e não abre espaço para significação e retificação do ato.

Observamos que o trabalho normalizador da homogeneização e da previsibilidade da conduta acabam por forjar um esquema de inteligibilidade (Butler, 2015) para tratar determinadas formas de vida como incorrigíveis (Foucault, 2010), personificadas na figura do “menor infrator”, e escamoteiam relações distintas dos adolescentes com as instituições e das instituições com os adolescentes e acabam por ocultar diferentes modalidades de inserção no tráfico em suas distintas

motivações, vinculações e investimentos familiares singulares, modos singulares de estar na rua, relações particulares de inscrição e de ruptura no laço social.

O caso estudado, apesar de ter entrado em conflito com a lei por algumas vezes, ainda era considerado público da proteção social e não da socioeducação. Assim, ele ainda se encontrava em um momento anterior ao da encarnação do signo de periculosidade. Nesse sentido, destacamos a importância do trabalho das instituições de acolhimento no momento ainda anterior ao da identificação à criminalidade, de modo que as intervenções realizadas possam permitir reinvenções subjetivas e não somente constatar o que supostamente já se sabe sobre o sujeito.

Acreditamos que silenciar esse corpo em sua forma de expressão mais própria, negando-lhe o acesso à palavra, é uma forma de mortificar o sujeito, de dessubjetivá-lo, de exilá-lo de sua própria condição de sujeito. Portanto, ao contrário do que muitos comportamentos de risco tendem a apontar como sendo corolários de uma pulsão de morte (Freud, 1976), pensamos que eles podem representar, em alguns casos e para alguns sujeitos, justamente uma pulsão de vida extraordinária, em uma importante resistência à mortificação. Contudo, sendo a disciplina normalizadora a finalidade última das instituições, a contenção do corpo e de sua voz continua nos encaminhando para a privação de liberdade.

A produção da racialização tende a afetar os acessos e obstruções nas trajetórias dos jovens, demarcando ações e engajamentos institucionais diferenciais entre brancos e negros. Mesmo que tomemos o acolhimento institucional como voltado a um público em grande vulnerabilidade social e familiar, a proteção e a vulneração são afetadas pelo racismo estrutural postos em ação não apenas de forma direta, mas por mecanismos mais insidiosos como o “pacto narcísico da branquitude”, fenômeno discutido por Bento (2022). Mais estudos se fazem necessários na perspectiva de cartografar esses mecanismos em dispositivos de cuidado que, por princípio, deveriam estar comprometidos ética e politicamente com a luta antirracista, como é o caso das instituições de acolhimento à juventude pobre, majoritariamente negra e periférica.

O trabalho em instituições de acolhimento é bastante árduo. No entanto, mesmo reafirmando a dureza do trabalho concreto, sem essa força micropolítica que pode ser resistência ao aniquilamento vital, subjetivo e social dessas crianças e adolescentes que têm no acolhimento institucional o agente de uma função estruturante como sujeitos, há o risco de nos resumirmos a um fazer também puramente técnico, asséptico, justificado na repetição burocrática. O que marca a diferença de um trabalho burocrático, assistencialista, para um trabalho voltado para o acolhido é o *olhar* que reconhece que há *um* sujeito ali, único e singular, sempre colocando como meta o trabalho pensado no e para o caso, no modo de funcionamento de cada sujeito, não blindado nas normativas institucionais e na precariedade da rede, que nos defende do difícil trabalho de investimento no acolhido. O investimento tanto em formação profissional, formação institucional –

através de trocas entre instituições, bem como de supervisão institucional externa – e no cuidado pessoal de cada trabalhador são cruciais para que uma transformação ocorra.

Assim, defendemos que esse é um trabalho potente e possível, promovendo mudanças significativas nas trajetórias dos acolhidos, se nos permitirmos ver e dar novas interpretações para os atos dos adolescentes, fornecendo-lhes novos significantes que possam representá-los e abrindo espaço para a experimentação de novas subjetivações. Na contramão de um cálculo estrito acerca dos “corrigíveis” e indo além da emancipação psicossocial dos que conseguem sair vivos das engrenagens de risco-proteção, em jogo está a potência de subversão de ontologias daqueles condenados de nascença a um futuro confiscado.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (2010). A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 2(2), 01-11. <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n2p%25p>
- Alberti, S. (2009). *Esse sujeito Adolescente*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Atlas da Violência (2018). Ipea e FBSP. Rio de Janeiro.
- Backes, C. (2004). A reconstituição do espelho. In Costa, A et al. (org). *Adolescência Experiências de Borda*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 2009).
- Cerqueira, D. & Bueno, S. (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.
- Cerqueira, D. (coord.). *Atlas da violência 2018*. Brasília: Ipea; FBSP, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2757-atlasdaviolencia2018completo.pdf>
- Dias, S. (2000). A inquietante estranheza do corpo e diagnóstico na adolescência. *Psicologia USP*, 11(1), 119-135. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642000000100008>
- Dieter, M. S. (2013). Lógica atuarial e incapacitação seletiva: a farsa da eficiente gestão diferencial das novas classes perigosas. *Revista EPOS*, 4(1), 1-31. Recuperado em 03 de março de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2013000100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000100003&lng=pt&tlng=pt).
- Dieter, M. & Souza, L. (2015). Irracionalismo e redução da maioria penal. *Boletim IBCCRIM*, (271).
- Faleiros, V. de P. (2022). Criminalidade, desigualdade social e penalização de adolescentes e jovens. *Revista Direito, Estado E Sociedade*, (61). <https://doi.org/10.17808/des.61.1368>
- Ferreira, M. B. (2017). *Impasses do desacolhimento institucional por maioria: psicanálise e articulação de rede territorial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUC, São Paulo.


- Foucault, M. (2010). *Os anormais. Curso no Collège de France I (1974-1975)*. São Paulo: Martin, Fontes. (Obra original publicada em 2001).
- Foucault, M. (2014) *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1971).
- Freud, S. (1976). O Ego e o Id. In S. Freud, *Obras Completas*, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (1996). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1921).
- Ghiringhelli, R. (2015). Adolescentes em Conflito com a Lei – Atos infracionais e medidas socioeducativas. In *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015)*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 9.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições*. Rio de Janeiro: ContraCapa.
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, Livro XI: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2003). *Identificação, O seminário livro 9 1961-1062*. (I. Correia & M. Bagno, Trad). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lesourd, S. (2004). *A construção adolescente no laço social*. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, M. L. do, & Coimbra, C. M. B. (2009). Juventude normatizada, moralizada e violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos. In H. Bocayuva, & S. Nunes (Org), *Juventudes, subjetivações e violências* (pp. 41-50). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Rassial, J-J. (2005). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Vavassori, M. B. (2016). *Da menorização à redução da maioria penal: uma análise da produção de jovens ban(d)idos*. Tese (doutorado). UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

## CONFLITOS DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses.

## SOBRE OS AUTORES

Laís Flores Costa é psicóloga, psicanalista, Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA. E-mail: [laisfslc@gmail.com](mailto:laisfslc@gmail.com).

 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6761-8847>

Cristiane de Oliveira Santos é psicóloga, psicanalista, doutora em Saúde Coletiva pela UERJ, Professora Associada III do Instituto de Psicologia da UFBA. E-mail: [cristianeoliveira@ufba.br](mailto:cristianeoliveira@ufba.br).

 ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4921-0183>

i J.D. é um codinome extraído do filme *Telma e Louise* (1991), dirigido por Ridley Scott e escrito por Callie Khouri.